

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.323 - SC (2019/0357094-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : G E V (PRESO)
ADVOGADO : HONÓRIO NICHELATTI JÚNIOR - SC015849
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por G E V contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento do HC n. 4029718-67.2019.8.24.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a sua liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Salienta que estaria preso "*mesmo diante da inexistência de prova da autoria (fumus comissi delicti) e do motivo para a prisão antecipada (periculum libertatis)*" (e-STJ fl. 119).

Afirma que "*sequer havia contemporaneidade para se determinar a prisão com base na garantia da ordem pública (assegurar a integridade física das supostas vítimas)*" (e-STJ fl. 120).

Assevera que "*o codenunciado apresentou resposta à acusação e isentou totalmente o ora Recorrente do crime imputado*" (e-STJ fl. 122), tendo o Juízo processante deixado de enfrentar essa nova circunstância.

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada sua prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 109/110):

Analizando as decisões prolatadas, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau fundamentou a segregação

cautelar do Paciente, não havendo falar em afronta ao art. 93, IX, da Constituição Federal e ao art. 312 do Código de Processo Penal.

Os indícios de autoria, ao contrário do que sustenta o Impetrante, conforme se infere, foram devidamente declinados pelo Juízo de primeiro grau, considerando as declarações das vítimas que reconheceram o executor do crime e, sobretudo, o contexto criminoso, a apontar que seu mandante seria o Paciente, não havendo de se falar em ausência de fundamentação ou mesmo de que foram utilizados termos genéricos.

De mais a mais, a par da gravidade concreta da conduta, o risco de reiteração é manifesta, uma vez que, em tese, a desavença que motivou a tentativa de homicídio persiste. Ademais, pelo que consta o Paciente é reincidente em crime doloso, "já que ostenta condenação transitada em julgado pela prática do crime previsto no art. 180, §10, do Código Penal (conforme consulta aos autos nº 0001467-81.2009.8.24.0025, os fatos datam de 10/09/2007, o trânsito em julgado ocorreu em 22/09/2014 e a extinção da pena foi reconhecida em 23/08/2017".

Portanto, não há de se falar em não preenchimento dos requisitos e pressupostos necessários à medida extrema, considerando os elementos até agora colhidos.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator